

# UMA LEITURA DA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA SOB A ÓTICA DO PÓS

*COLONIALISMO: A inversão nos discursos da política externa brasileira para a África de Jânio Quadros e João Goulart para Castelo Branco*

*A READING OF BRAZILIAN FOREIGN POLICY FROM THE PERSPECTIVE OF POST COLONIALISM: The inversion in the discourses of Brazilian foreign policy towards Africa from Jânio Quadros and João Goulart to Castelo Branco*

*UNA LECTURA DE LA POLÍTICA EXTERIOR BRASILEÑA DE LA PERSPECTIVA DEL POSCOLONIALISMO: La inversión en los discursos de la política exterior brasileña hacia África de Jânio Quadros y João Goulart a Castelo Branco*

Júlia Davi Chagas Correa <sup>1</sup>

Lívia Beatriz de Barros<sup>2</sup>

Maria Silveira Bueno Ferreira de Sousa <sup>3</sup>

Nataly Mayla de Sá Barbosa da Silva<sup>4</sup>

*Recebido em: 24 de novembro de 2023*

*Aceito em: 15 de maio de 2024*

---

1. Graduanda em Relações Internacionais pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Contato: juliadavi@live.com

2. Graduanda em Relações Internacionais pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Contato: livia.ferreira0517@gmail.com

3. Graduanda em Relações Internacionais pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Contato: masbfs@gmail.com

4. Graduanda em Relações Internacionais pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Contato: natalymayla@gmail.com

## RESUMO

Este artigo propõe-se a realizar uma análise de discurso, a partir de uma perspectiva pós-colonial, respaldada pelos pressupostos apresentados por Boaventura de Sousa Santos, Aníbal Quijano, Silvio Almeida, Abdias do Nascimento e Homi K. Bhabha. Neste sentido, a proposta é explorar a inversão da política externa brasileira para África, partindo de 1961, com o governo de Jânio Quadros e João Goulart, até 1967, com o fim do governo de Castello Branco. Para isso, pretende-se investigar os discursos proferidos pelos presidentes listados, bem como as medidas adotadas em seus governos para o continente africano. Desse modo, a análise será feita tendo como base uma pesquisa documental e bibliográfica, além dos parâmetros de análise de discurso de política externa estabelecidos por Lene Hansen.

Palavras-chave: Política Externa Independente; África; colonialismo; racismo.

## ABSTRACT

This article proposes to accomplish a discourse analysis, from a post-colonial perspective, supported by the assumptions presented by Boaventura de Sousa Santos, Aníbal Quijano,

Silvio Almeida, Abdias do Nascimento and Homi K. Bhabha. In this sense, the proposal is to explore the inversion of Brazilian foreign policy towards Africa, starting from 1961, with the government of Jânio Quadros and João Goulart, until 1967, with the Cas-

tello Branco government. For this, we intend to investigate the speeches given by the presidents listed, as well as the measures adopted by their governments for the African continent. Therefore, the analysis will be based on documentary and bibliographical research, in addition to the foreign policy discourse analysis parameters established by Lene Hansen.

**Key-words:** Independent Foreign Policy; Africa; colonialism; racism

## RESUMEN

Este artículo se propone realizar un análisis del discurso, desde una perspectiva poscolonial, sustentado en los supuestos presentados por Boaventura de Sousa Santos, Aníbal Quijano, Silvio Almeida, Abdias do Nascimento y Homi K. Bhabha. En este sentido, la propuesta es explorar la inversión de la política exterior brasileña hacia África, a partir de 1961, con el gobierno de Jânio Quadros y João Goulart, hasta 1967, con el fin del gobierno de Castello Branco. Para esto nos proponemos investigar los discursos pronunciados por los presidentes enumerados, así como las medidas adoptadas por sus gobiernos para el continente africano. Así, el análisis se basará en investigaciones documentales y bibliográficas, además de los parámetros de análisis del discurso de política exterior establecidos por Lene Hansen.

**Palabras-chave:** Política exterior independiente; África; colonialismo; racismo

## INTRODUÇÃO

Com foco no período de 1961 a 1967, o presente artigo busca analisar comparativamente os discursos da política externa brasileira para África durante os governos de Jânio Quadros, João Goulart e Castello Branco. Com o auxílio de conceitos da teoria pós-colonial, como as percepções acerca de dominação e desigualdade apresentadas por Boaventura (2001) e Quijano (2005), as questões raciais e sociais pontuadas por Silvio Almeida (2018) e Abdias do Nascimento (1978) e a construção binária e ambivalente de identidade proposta por Bhabha (1987), visa-se examinar os elementos que aproximaram e/ou distanciaram o Brasil da África.

Em primeira análise, ilustraremos as medidas adotadas pela Política Externa Independente (PEI), instituída por Jânio Quadros e mantidas, após sua renúncia, por João Goulart, orientado pelo plano de aproximação com o continente africano, a partir da instrumentalização da política externa como um mecanismo contra o colonialismo e o racismo (Saraiva, 1993). Posteriormente, traçaremos as medidas adotadas pela Política Externa Interdependente, estabelecida por Castelo Branco, após o Golpe Militar de 1964, que seguiu uma linha de cooperação com os Estados Unidos, somado ao tradicional apoio a Portugal. Assim, em contraste aos dois governos anteriores, Castelo Branco afastou-se da questão colonial e de quaisquer movimentos pela independência das colônias africanas (Bueno; Cervo, 2015).

Neste contexto, a fim de promover a discussão que se propõe, este artigo se baseará na metodologia de pesquisa documental e bibliográfica, respaldos, principalmente, por Bueno e Cervo (2015), Lessa e Oliveira (2014) e Saraiva (1993). Além da análise de discursos, baseado nos parâmetros de política externa, linguagem e identidade estabelecidos por Lene Hansen (2006). Para a autora, os discursos são ferramentas políticas formadoras de identidade, e esta é caracterizada como produtora e produto de uma política externa específica, articulada de acordo com os interesses de um Estado.

## **FORMAÇÃO DO PENSAMENTO SOCIAL BRASILEIRO: BREVES REFLEXÕES ACERCA DOS PROCESSOS DE DOMINAÇÃO, DESIGUALDADE E CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADES NO BRASIL SOB ALENTE PÓS-COLONIAL**

A presente seção tem o intuito de expor os conceitos e concepções de estudiosos da teoria pós-colonial, bem como, abordar teóricos clássicos da formação da estrutura social e do pensamento brasileiro. Inicialmente, partindo de autores como Aníbal Quijano (2005) e Boaventura de Sousa Santos (2001), expõe-se a perpetuação de práticas e discursos que reproduzem e mantêm as relações de dominação e desigualdade. Em diálogo a isso, será utilizado das obras de Silvio Almeida (2018) e Abdias Nascimento (1978), para verificar as sequelas de uma formação histórica e cultural hierárquica, desigual e racista em um país vítima da colonização, o Brasil. Por fim, será discorrido sobre o papel da identidade, sob a lente crítica pós colonial, na interação entre os Estados. Para isso, aprofun-

daremos nos estudos de Homi K. Bhabha (1987), autor que aborda o binarismo entre “Eu” e o “Outro”, o Hibridismo, o Terceiro Espaço e a ambivalência entre dois valores na formulação do outro colonizado, compreendendo as dinâmicas complexas na formulação das identidades pós coloniais.

*A permanência de uma sociedade racialmente e socialmente desigual: uma condição herdada e mantida após o jugo colonial*

Para Boaventura de Sousa Santos (2001), a teoria pós-colonial das Relações Internacionais, a fim de reivindicar o espaço de direito das narrativas dos povos colonizados, busca, acima de tudo, desconstruir a narrativa colonial escrita pelo colonizador. Intrínseca a esta teoria, está a magnitude em reconhecer a constituição mútua e o estabelecimento do binarismo entre “Eu” enquanto colonizador e “Outro” enquanto colonizado na formação das relações de poder como conhecemos hoje. Isto é, cabe à teoria pós-colonial denunciar a perpetuação de discursos, práticas, representações e relações políticas presentes na modernidade que não se findaram após a independência do jugo colonial, mantendo o jogo de poder e dominação em diversos aspectos (Quijano, 2005). Dito isso, a teoria pós-colonial pode traduzir-se

[...] em um conjunto de análises econômicas, sociológicas e políticas sobre a construção dos novos Estados, sua base social, sua institucionalidade e sua inserção no sistema mundial, as rupturas e continuidades com o sistema colonial, as relações com a ex potência colonial e a questão do neocolonialismo, as alianças regionais etc (Santos, 2001, p. 99).

Para além disso, é importante ressaltar que a perpetuação da distribuição assimétrica do poder e riqueza em nível global, foi responsável, ainda, por propagar todas as formas de racismos contidas no discurso colonial. Desse modo, em sua obra “Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina”, Aníbal Quijano argumenta que a colonialidade do poder trata-se da constituição de um poder mundial capitalista, moderno/colonial e eurocentrado, com uma sociedade hierarquizada em colonizadores e colonizados e fundamentado na ideia de raça. Além disso, aborda o papel da hegemonia eurocêntrica em submeter as populações dominadas à sua definição de conhecimento, transferindo, assim, a colonialidade do poder para a dimensão do conhecimento. Nas palavras do autor,

Não se refere a todos os modos de conhecer de todos os europeus e em todas as épocas, mas a uma específica racionalidade ou perspectiva de conhecimento que se torna mundialmente hegemônica colonizando e sobrepondo-se a todas as demais, prévias ou diferentes, e a seus respectivos saberes concretos, tanto na Europa como no resto do mundo (Quijano, 2005, p. 126).

Concomitante a isso, elabora acerca da capacidade da democratização e da cidadania de atuarem como ferramentas de promoção de igualdade legal, civil e política para pessoas socialmente desiguais. Em outros termos, considera que o moderno Estado-nação como conhecemos hoje, é organizado politicamente e implica na existência de instituições modernas de cidadania política. Isto é, é necessário que haja uma mínima democratização do controle político, ideológico e social para a criação de uma identidade nacional.

Entretanto, considera que o Estado-nação, além de ser uma estrutura de poder, é produto do poder. Deste modo, o autor sublinha que a sociedade é uma estrutura de poder parcial ou total, que expõe a prevalência de certo grupo sobre os demais (Quijano, 2005). Isto é, em sua configuração, é impossível ignorar as disputas por “controle do trabalho, seus recursos e produtos; do sexo, seus recursos e produtos; da autoridade e de sua violência específica; da intersubjetividade e do conhecimento” (Quijano, 2005, p. 130). Em vista disso, argumenta que mesmo após a independência dos Estados, especialmente, no caso do Brasil que trataremos posteriormente, as sociedades coloniais lideradas, ou por assim dizer, dominadas, por uma pequena minoria branca não compartilhavam, e, ainda não compartilham, dos mesmos interesses políticos e sociais dos povos indígenas, de negros e ou mestiços.

Além disso, para Silvio Almeida (2018), advogado, filósofo e professor universitário brasileiro, o racismo estrutural presente na sociedade brasileira, nasceu de uma condição histórica herdada das lógicas de discriminação de raça. Desse modo, pode projetar-se por meio de práticas conscientes e inconscientes que geram desvantagens ou privilégios a depender do grupo racial a que esses indivíduos pertençam (Almeida, 2018). Com isso, avalia-se que o racismo está presente na estrutura da sociedade e possui elementos sociais, políticos, históricos e culturais. Para Almeida, a ideologia racista está intrínseca ao inconsciente coletivo de diversas maneiras, seja na naturalização de desigualdades, na transformação da cultura

afrodescendente em algo exótico, ou na marginalização e difícil ascensão da população negra na sociedade brasileira.

E, embora deva ser considerado o papel do indivíduo na propagação dos preconceitos, o autor sublinha a capacidade das instituições e de suas práticas de moldar e difundir as ações e comportamentos desses indivíduos. Assim dizendo, o autor considera que essas instituições – conjunto de normas que são parte da sociedade e derivadas dos conflitos e das lutas pelo monopólio do poder social – promovem a criação e estabelecimento de juízos de valores, como, por exemplo, o racismo (Almeida, 2018). Como também, manifestam discriminações de gênero, de cor e sexual, principalmente, pois, as instituições podem ser consideradas a materialização do Estado (Almeida, 2018).

Em complemento a isso, em sua obra, “O Genocídio do Negro Brasileiro”, Abdias do Nascimento considera que a organização governamental brasileira, suas leis e forças, estão desde muito tempo sob a tutela das classes dominantes brancas. Não obstante, possuem o monopólio do “controle social e cultural: do sistema educativo, as várias formas de comunicação de massas - a imprensa, o rádio, a televisão- e a produção literária” (Nascimento, 1978, p. 93). E, não são usados apenas como instrumentos a serviço das classes poderosas, mas como interrompem a condução da cultura africana e obscurecem a sua herança e legado. Assim,

A assimilação cultural é tão efetiva que a herança da cultura africana existe em estado de permanente confrontação com o sistema dominante, concebido precisamente para negar suas fundações e fundamentos, destruir ou degradar suas estruturas (Nascimento, 1978. p. 94).

Em suma, embora os valores culturais africanos estejam presentes no Brasil desde a colônia, a sua expressão é desvalorizada ao olhar de um grupo prevalecente, em meio a uma luta de interesses que se contrapõem. Nesse sentido, observa-se a permanência do colonialismo na socialização e na construção de uma mentalidade discriminatória e severa a determinados indivíduos que não pertencem ao grupo social dominante. Especialmente com a falta de representação de outras identidades culturais nas instituições brasileiras e no sistema governamental.

## *A formação da identidade sob a abordagem crítica da teoria pós-colonial de Homi K. Bhabha*

No que tange os estudos da Teoria Pós-colonial, é necessário evidenciar a complexidade e fluidez desse tema em um contexto que transcende as barreiras geográficas. A teoria oferece uma lente crítica para a análise das identidades que são moldadas por experiências de colonização e resistência. Ademais, ao examinar as narrativas pós-coloniais, entende-se que as identidades são construídas pelo encontro de diferentes discursos culturais e históricos em um processo contínuo de negociação entre as ambiguidades e multiplicidades que surgem dessas interações. Dessa forma, buscamos compreender as dinâmicas complexas e fluidas que as identidades se formam.

Neste contexto, cabe ressaltar que a identidade na abordagem pós-colonial, a partir da interação com o outro, permite o sentimento de pertencimento coletivo (Rocha, 2015), ou seja, a ideia de fazer parte de um grupo maior promove maior facilidade nas relações entre os Estados por meio da identificação. Para melhor conceituação, apoiaremos nos estudos críticos de Homi K. Bhabha (1987), aprofundando no binarismo entre “Eu” e o “Outro”, mencionado na seção acima. Destarte, entende que o Outro é caracterizado por aquilo que é percebido como diferente, estranho, de forma depreciativa em relação à identidade colonizadora. O autor afirma:

O lugar do Outro não deve ser pensado, como Fanon algumas vezes sugere, como um ponto fenomenológico fixo, oposto ao Ser, e que representa uma consciência cultural alienada. O Outro deve ser visto como a negação necessária de uma identidade primordial (Bhabha, 1987, p. 120 *apud* Sá, 2008, p. 23).

Isto posto, Bhabha (1985) compreende que a construção do “Outro” é fundamentalmente a negação - cabe ressaltar que a negação não é uma exclusão total, mas sim um contraste que define a identidade em questão - ou o oposto de uma identidade primordial, ou seja, é essencial para definir ou diferenciar as identidades. Dessa forma, o “Outro” não é entendido de uma forma isolada, e que o binarismo em relação ao “Eu” é essencial para a construção de significado. Salienta-se, entretanto, que “Eu” e o “Outro” não são categorias estáticas no processo de interação.

Neste contexto, o conceito de ambivalência desenvolvido por Homi K. Bhabha (1990) está intrinsecamente relacionado à construção do “Outro”. As identidades são formadas em um espaço am-

bivalente, ou seja, que carrega em si dois valores ou poderes contrários de interação entre culturas colonizadoras e colonizadas, ou seja, dois opostos incompatíveis de diferenças incomensuráveis. Na mesma linha, as representações do “Outro” são simultaneamente imitativas e subversivas, o qual o “Outro” é frequentemente representado de maneira mimética, ou seja, a cultura colonizada imita a cultura colonizadora, cabe ressaltar que a mímica é utilizada como uma estratégia do poder e do saber colonial.

O objetivo da diferença cultural é rearticular a soma do conhecimento a partir da perspectiva da singularidade significativa do “outro” que resiste totalização - uma repetição que não retornará como o mesmo, o menos na origem que resulta em estratégias políticas e discursivas onde o ato de acrescentar não finaliza a soma, mas serve para perturbar o cálculo de poder e conhecimento, produzindo outros espaços para uma produção de sentido subalterna (Bhabha, 1990, p. 312 *apud* Sá, 2008, p. 27).

Através do conceito de ambivalência, oferece uma lente única para compreender as dinâmicas complexas das identidades pós-coloniais. Desta forma, em “O Local da Cultura”, Homi K. Bhabha desenvolve conceitos como o Hibridismo e o Terceiro espaço. O conceito do Hibridismo estabelece que as identidades são formadas a partir da interação com outras identidades, isto é, “formadas pela interação de culturas entre si, interação essa que contesta as bases formadas anteriormente e traz mudanças constantes para ambas as identidades que interagem” (Costa, Toledo, 2020, p. 204). Além disso, Bhabha (1998) afirma que a hibridização não é algo tangível, mas sim uma forma de conhecimento, ou seja, é uma abordagem fundamental que se aplica ao entendimento do mundo.

A hibridização não é algo que existe por aí, não é algo a ser encontrado num objeto ou alguma entidade mítica “híbrida” - trata-se de um modo de conhecimento, um processo para entender ou perceber o movimento de trânsito, ou de transição ambígua e tensa que necessariamente acompanha qualquer tipo de transformação social sem a promessa de clausura celebratória, sem a transcendência das condições complexas, conflitantes, que acompanham o ato da tradução cultural (Bhabha, 2000 (b) *apud* MENEZES de SOUZA, s/d, p. 1 *apud* Oliveira, 2012, p. 115)

Ademais, o hibridismo vai além de descrever a interação entre culturas, resultando em modificações mútuas. Ele também implica na emergência de um Terceiro Espaço, que se caracteriza por in-



corporar simultaneamente elementos de ambas as culturas, sem se vincular necessariamente a nenhuma delas (Costa; Toledo, 2020). Tal categoria é apontada pelo autor como um local de encontro e interação cultural, onde diferentes influências e identidades se misturam e são negociadas. É um espaço de diálogo, onde as fronteiras culturais são contestadas e reconstruídas.

Além disso,

A intervenção do Terceiro Espaço, que torna a estrutura de significado e referência um processo ambivalente, destrói o espelho da representação, onde conhecimento cultural é continuamente revelado como um código integrado, aberto, expansivo. Tal intervenção desafia abertamente nosso senso de identidade histórica da cultura como uma força simultaneamente homogeneizante e unificadora, autenticada por um Passado originário, mantido vivo na tradição nacional de “nós, o Povo”. [...] É esse Terceiro Espaço, embora não-representável em si mesmo, que constitui as condições discursivas da enunciação e que assegura aos significados e símbolos da cultura uma falta de unidade primordial ou fixidez; ou seja, que até esses mesmos signos possam ser apropriados, traduzidos, re-historiados e lidos de novo (1988, p. 21, *apud* Sá, Luís, 2008).

É o Terceiro Espaço que, embora em si irrepresentável, constitui as condições discursivas da enunciação que garantem que o significado e os símbolos da cultura não tenham unidade ou fixidez primordial e que até os mesmos signos possam ser apropriados, traduzidos, re-historicizados e lidos de outro modo. [Neste espaço está-se livre para] negociar e traduzir suas identidades culturais na temporalidade descontínua, intertextual, da diferença cultural (Bhabha, 1998, p. 67-68).

Para o autor, o “Terceiro Espaço” é um conceito que representa um espaço de interação e negociação onde as culturas se encontram. Em acréscimo a isso, a passagem destaca a ideia de que os signos culturais e símbolos não têm uma unidade primordial ou fixidez intrínseca, e podem ser apropriados, traduzidos, re-historiados e reinterpretados em contextos diversos, desafiando assim a ideia de uma identidade cultural monolítica (Bhabha, 1998). Outrossim, é nesse espaço que as minorias excluídas podem negociar, e que nessa negociação antagônica retrata o processo de interpretação cultural que resulta na manifestação de diferenças.

O objetivo da diferença cultural é rearticular a soma do conhecimento a partir da perspectiva da singularidade signi-

ficante do “outro” que resiste totalização - uma repetição que não retornará como o mesmo, o menos na origem que resulta em estratégias políticas e discursivas onde o ato de acrescentar não finaliza a soma, mas serve para perturbar o cálculo de poder e conhecimento, produzindo outros espaços para uma produção de sentido subalterna (Bhabha, 1990, p. 312 *apud* Sá, 2008, p. 27).

Em suma, a perspectiva de diferença cultural, conforme articulada pelo autor, destaca a impossibilidade de totalização do conhecimento quando confrontada com a singularidade significativa do “outro”. Este enfoque desafia a ideia de uma soma estática de conhecimento, revelando que a adição de perspectivas culturais distintas não resulta em uma totalidade homogênea. Dessa forma, abre espaço para a emergência de significados subalternos, promovendo a produção de sentidos alternativos que resistem à simplificação e à totalização. Assim, a diferença cultural não apenas enriquece o campo do conhecimento, mas também desafia as dinâmicas de poder, fomentando uma compreensão mais complexa e inclusiva das diversas manifestações culturais.

## **A POLÍTICA EXTERNA DO BRASIL PARA ÁFRICA: GOVERNOS DE JÂNIO QUADROS, JOÃO GOULART E CASTELO BRANCO**

Com o auxílio principal das obras de Bueno e Cervo (2015), Lessa e Oliveira (2014) e Saraiva (1993), a presente seção busca abordar as dinâmicas da política externa brasileira de 1960 a 1967. Partindo dos governos de Jânio Quadros e João Goulart, que estabeleceram a Política Externa Independente, direcionado por princípios como a autonomia e o pragmatismo, a autodeterminação dos povos, a luta contra o colonialismo e o subdesenvolvimento, e a manutenção da paz, de 1961 a 1964. Além desta, será apresentada a Política Externa Interdependente, instituída durante o primeiro governo militar, pelo general Humberto de Alencar Castello Branco. Esta, tinha como objetivo a aproximação com os Estados Unidos e Portugal, bem como o afastamento das questões coloniais e das lutas por independência e desenvolvimento. Desse modo, pretende-se expor, a partir da conduta adotada por cada presidente, a relação e os discursos estabelecidos na política externa brasileira para África.

### *A Política Externa Independente e a sensibilidade ao passado colonial apresentada nos discursos de Jânio e Jango*

A Política Externa Independente (PEI) constituída por Jânio Quadros e seu chanceler, Afonso Arinos de Melo Franco, e mantida, posteriormente, por João Goulart e San Tiago Dantas, seguiu, segundo Bueno e Cervo (2015), uma nova diretriz para a política internacional do Brasil. Esta, provém de um conjunto de ideias direcionadas, principalmente pela autonomia e o pragmatismo, “pois buscava pelos interesses do país sem preconceitos ideológicos; e [...] adotava postura independente em face de outras nações que tinham relacionamento preferencial com o Brasil” (Bueno; Cervo. 2015, p.332).

Com a conjuntura bipolar do sistema internacional e a onda de independências nos países afro-asiáticos, a PEI, instituída em 1961, foi diretamente influenciada pela Conferência de Bandung, realizada em 1955. Nesta ocasião, as nações recém-independentes se colocaram em oposição ao alinhamento automático ao bloco capitalista, liderado pelos Estados Unidos, e ao bloco comunista, liderado pela União Soviética, criando um grupo de países “não-alinhados”. Estes, enxergavam qualquer alinhamento como uma tentativa de neocolonialismo (Amado, 1996). Sob essa perspectiva, a independência da política externa, na visão de Jânio, se estendia em uma maior maleabilidade na condução das relações internacionais e na expansão de parcerias econômicas, políticas e culturais com os Estados do Terceiro Mundo, ao invés de uma aliança integral com alguma superpotência (Lessa; Oliveira, 2014).

No entanto, é importante ressaltar, que mesmo sem um alinhamento automático, a PEI manteve as relações tradicionais com os Estados Unidos. Contudo, retomou relações com o Oriente, ampliando as trocas comerciais e políticas com o bloco comunista. Além disso, a política exterior do Brasil lutava contra o subdesenvolvimento e o colonialismo nas nações do cone-sul; buscava a expandir o mercado internacional brasileiro; prezava pela não intervenção e autodeterminação dos povos; pretendia diminuir as tensões e manter a paz no sistema internacional; além de ampliar as das relações entre o Brasil e as nações afro-asiáticas (Bueno; Cervo, 2015). De acordo com Cervo e Bueno (2015), o Brasil deveria ser o elo de ligação entre a África e o Ocidente, sustentando os movimentos de descolonização que se espalharam pela África e pela

Ásia. Em discurso ao Congresso Nacional, Jânio ressaltou que “Não aceitamos qualquer forma ou modalidade de colonialismo ou imperialismo. Pode-se afirmar, [...] que o Brasil se esforçará para que todos os povos coloniais, [...] sem exceção, atinjam sua independência” (Brasil, 1961).

Os 15 princípios da PEI mostravam-se abrangentes, o que incluía tanto o respeito à tradicional posição do Brasil e o compromisso com o “Ocidente” quanto à abertura para o comércio com todos os países, incluindo os socialistas, e o apoio ao anticolonialismo. Sua força advém do mito de uma política exterior que conciliava a luta contra o subdesenvolvimento com a defesa de interesses comuns ao Brasil e às nações africanas e asiáticas, ao lado da fidelidade ao sistema interamericano e à democracia (Lessa; Oliveira, 2014. p. 129).

Como sucessor de Juscelino Kubitschek, Jânio Quadros tinha a responsabilidade de sanar certos déficits deixados pelo governo anterior. Segundo Bueno e Cervo (2015), JK tentou estabelecer um Plano de Metas que, ao final do seu mandato, não teve o sucesso esperado. Com a alta emissão de papel-moeda e o aumento da dívida externa deixados pelo projeto de industrialização de JK, Quadros e Afonso Arinos precisaram articular uma política externa que possibilitasse alívio econômico ao Brasil (Pires, 2010). Assim, a ampliação das relações com o Oriente, vinham, não só da influência de Bandung, mas também da necessidade de aumento do mercado internacional brasileiro. Bueno e Cervo (2015) apontam que “Quadros não perdia de vista o aumento do mercado para a produção brasileira” (Bueno; Cervo, 2015, p.342). Dessa forma, buscaram estabelecer laços comerciais mais estreitos com nações socialistas e afro-asiáticas, reconhecendo o potencial de crescimento econômico e as oportunidades de intercâmbio comercial.

Além disso, é importante ressaltar que o seu discurso acerca das diretrizes da política externa também abordava a importância da soberania e do respeito à identidade cultural e política de todos os povos, contribuindo para uma visão de solidariedade internacional e apoio à descolonização, principalmente, no continente africano. Segundo Saraiva (1993), Afonso Arinos foi essencial na instrumentalização da política externa contra o colonialismo e o racismo, dado seu histórico na luta racial do Brasil. Em 1951, a Lei 1390/51, popularmente conhecida como Lei Afonso Arinos, foi promulgada por Getúlio Vargas, caracterizando-se como a primeira lei nacional

que criminalizava a discriminação racial (Saraiva, 1993). Dessa forma, Arinos era um símbolo fundamental para a consolidação das relações com a África, reconhecendo o direito dessas nações de se libertarem do jugo colonial e de buscarem seu próprio desenvolvimento. Assim, ainda em seu discurso ao Congresso Nacional, Quadros afirmou que

O nosso esforço em África, por mais intenso que venha a ser, não poderá senão constituir uma modesta retribuição, um pequeno pagamento da imensa dívida que o Brasil tem para com o povo africano. Essa razão, de ordem moral, justificaria por si só a importância que este Governo empresta à sua política de aproximação com a África. Mas há mais queremos ajudar a criar, no Hemisfério Sul, um clima de perfeito entendimento e compreensão em todos os planos político e cultural, uma verdadeira identidade espiritual. Se bem que em fases diversas de desenvolvimento, os problemas que nos confrontam, de um e de outro lado do Atlântico, são semelhantes, possibilitando, destarte, o aproveitamento das soluções encontradas. (Brasil, 1961).

Como pontuado em seu discurso de posse,

[...] O colonialismo agoniza, envergonhado de si mesmo, incapaz de solver os dramas e as contradições que engendrou. Ao Brasil cabe estender as mãos a esse mundo jovem, compreendendo-lhe os excessos ou desvios ocasionais, que decorrem da secular contenção de aspirações enobrecedoras. Compreender significa auxiliar no que for possível e no que for preciso. Fiel à sua origem, às suas tradições, às suas tendências, à sua geografia, a nação não esquece, antes solenemente ratifica, todos os seus compromissos legais e genuínos. Abrimos nossos braços a todos os países do continente (Brasil, 1961).

Com a renúncia de Jânio Quadros, seu vice, João Goulart, popularmente conhecido como Jango, tomou posse da presidência. Goulart e seu chanceler, San Tiago Dantas, conservaram a tendência de independência nas relações internacionais, entretanto mais alinhados às forças populares de esquerda, possuindo um diferencial em relação à política de Quadros, a reforma social. Dessa forma, segundo Saraiva (2007), Goulart manteve o equilíbrio dos interesses domésticos com a justiça social e a participação popular, promovendo reformas agrárias e laborais que visavam a superação das desigualdades históricas e da superexploração vivenciada pelos trabalhadores. Além disso, entendia a importância de ressaltar o passado colonial brasileiro, apoiando os movimentos anticoloniais no continente africano, acirrando vínculos com países como An-

gola e Moçambique. Nesse contexto, Goulart ressaltou em seu discurso na Sessão de Instalação da LI Conferência Interparlamentar

Não tenho dúvida em afirmar que o sentimento coletivo brasileiro louva a iniciativa desta Conferência, no sentido de fixar princípios e procedimentos para abreviar a aplicação da Declaração das Nações sobre a outorga da independência aos países e aos povos coloniais. A mancha do colonialismo deve ser definitivamente apagada da civilização, do mesmo modo que os anseios dos países não desenvolvidos se voltam para a emancipação econômica através do seu próprio esforço e da cooperação internacional. (Brasil, 1962).

Neste contexto, Goulart promoveu iniciativas para estabelecer acordos comerciais e de cooperação técnica e cultural, visando o desenvolvimento conjunto e a solidificação de relações bilaterais com os países africanos. Essas ações, representaram uma tentativa significativa de posicionar o Brasil como um parceiro engajado e solidário no processo de emancipação e crescimento da África. Dessa maneira em seu pronunciamento no almoço oferecido no Palácio do Alvorada a U Thant, Secretário Geral da Organização das Nações Unidas, João Goulart afirmou que

Esteja Vossa Excelência convencido de que o Governo brasileiro, expressando o profundo sentimento nacional, está disposto a empenhar-se sem vacilação pela libertação dos povos de toda e qualquer forma de opressão política ou econômica, e há de atuar, nas relações internacionais, para que prevaleçam no mundo as liberdades democráticas, e para que a voz do povo decida sempre da sorte dos governos (Brasil,1962).

Nesse sentido, o Ministro das Relações Exteriores, San Tiago Dantas, enfatizou que o Brasil, em seus “compromissos de Nação pacífica, desejosa de manter universais relações de amizade”, confirmando que as diretivas do governo anterior continuaria, aumentando “a área de convivência internacional” e “restabelecendo comunicações com povos cujo regime difere do nosso pela filosofia que o inspira” (Brasil, 1961, p.116-127). No entanto, é importante salientar que as políticas de Jango, juntamente com sua chancelaria, se chocaram fortemente com os interesses das elites econômicas e militares do Brasil, por ressaltarem tendências sociais, associadas, diretamente, com as propostas de reformas, que movimentariam a estrutura da sociedade. Além disso, ao longo de seu governo, Goulart teve desentendimentos com os Estados Unidos.

Segundo Bueno e Cervo (2015), os Estados Unidos demonstraram aversão à figura de João Goulart, associando seus ideias reformistas com o comunismo. Para os norte-americanos, o capital privado estadunidense estaria ameaçado devido às estratégias brasileiras de estatização. De acordo com John Kennedy, presidente dos EUA na época, o Brasil estaria fazendo uma má administração dos empréstimos estadunidenses, sendo o plano econômico de Goulart e de sua equipe ineficiente. Ademais, houve, neste momento, uma aproximação entre os militares brasileiros e os norte-americanos, um espírito de solidariedade e o fornecimento de suporte naval, caso fosse necessário, para a consolidação do golpe (Bueno; Cervo, 2015).

Desse modo, com a insatisfação da elite nacional e com as acusações norte-americanas, a política brasileira entrou em crise, fomentando o que viria a ser o Golpe Militar de 1964. Este golpe, pôs fim ao governo de João Goulart e estabeleceu uma nova orientação nas relações internacionais do Brasil (Saraiva, 2007). Sendo assim,

Não existem provas quanto à participação do governo norte-americano nos acontecimentos que puseram fim ao mandato de Goulart, em março/abril de 1964. Mas não há dúvida de que acompanhou todo o desenrolar da crise, que estava alinhado aos conspiradores e - o mais importante - que organizou uma força-tarefa para atuar nas águas brasileiras com a finalidade de dar apoio aos revoltosos, fornecendo-lhes armas, munições, combustíveis e lubrificantes, se necessário (BUENO; CERVO, 2015, p. 389).

### *A Política Externa Interdependente e o discurso de afastamento da África*

Com o Golpe Militar de 1964, a política externa brasileira foi realinhada. Em contraposição a Política Externa Independente, instituída por Jânio Quadros e mantida por João Goulart, o general Humberto de Alencar Castello Branco, juntamente com seu Chanceler Vasco Leitão da Cunha, estabeleceu a Política Externa “Interdependente”. Em discurso ao Itamaraty, Castello Branco explicou que o termo “interdependente” estaria associado, diretamente, com a dinâmica internacional. Segundo o presidente, nenhuma nação consegue se manter de forma autônoma no sistema, sendo necessário a “aceitação de um certo grau de interdependência, quer no campo militar, quer no econômico, quer no político” (Bra-

sil, 1964). Neste contexto, a nova chancelaria colocou a PEI como um desvio na conduta internacional do Brasil, sendo necessário revertê-la. Assim, segundo Bueno e Cervo (2015), Castello Branco recuperou o alinhamento com os Estados Unidos e apresentou um caráter econômico liberal, voltado para ampliação da entrada de capital estrangeiro no país. Desse modo, as novas diretrizes foram implementadas “em conformidade com a bipolaridade e o desenvolvimento associado dependente” (Bueno; Cervo, 2015, p. 400). Castello Branco enfatizou que:

A formulação de nossa política externa, norteada pelos objetivos nacionais, busca também o robustecimento do poder nacional e, em particular, o dos instrumentos que nos permitam alcançar o pleno desenvolvimento econômico e social. Além desses objetivos, visamos a outro que os condiciona: a existência de paz mundial (Brasil, 1964).

Neste sentido, Leitão da Cunha rompeu com princípios “como o nacionalismo, base da industrialização brasileira, o ideário da Operação Pan-Americana e a autonomia do Brasil em face da divisão bipolar do mundo e da hegemonia norte-americana sobre a América Latina” (Bueno; Cervo, 2015, p. 394). Além disso, de acordo com Paulo Fagundes Vizentini (1998), enquanto a PEI se colocava a favor do multilateralismo e da ampliação das relações entre ocidente e oriente, a nova conduta se apresentava a favor do bilateralismo, do ocidentalismo e da luta anticomunismo. Somado a isto, Castello Branco “posicionava os países subdesenvolvidos dentro do conflito Leste-Oeste, abandonando o enfoque do antagonismo Norte-Sul” (Vizentini, 1998, p. 31). Assim, colocando-se contra ao apoio às lutas anticoloniais no continente africano e restabelecendo “laços afetivos e políticos com Portugal” (Bueno; Cervo, 2015, p. 395),

A chancelaria e a Presidência abriram fogo contra a Política Externa Independente, deturpada e sem “utilidade descritiva” em face da realidade bipolar; contra a política neutralista, que não servia a um país externamente ativo como o Brasil; contra o nacionalismo prejudicial, que afugentava o capital estrangeiro; contra a estatização, que obstruía sua penetração e com desenvolvimento da livre empresa; e contra a ruptura de laços afetivos e políticos com Portugal e o Ocidente, em nome do anticolonialismo (Bueno; Cervo, 2015, p. 395).

Com a aproximação entre o Brasil e o centro hegemônico, caracterizado pelas nações do Norte Global, o universalismo apresentado



na política externa anterior não se manteve. Segundo Bueno e Cervo (2015), Castello Branco comprometeu-se, quase que exclusivamente, com o ocidente, traçando uma estratégia baseada na eliminação de “atritos nas relações entre o Brasil e a potência hegemônica do bloco ocidental para viabilizar a associação dos capitais, dos mercados e da tecnologia, em harmonia com a afinidade política” (Bueno; Cervo, 2015. p. 401). Além de “enquadrar as relações interamericanas em esquema funcional - a serviço da bipolaridade - mediante a segurança coletiva e o mesmo tipo de vínculos econômicos” (Bueno; Cervo, 2015. p. 401). Desse modo, com o bloco soviético o governo brasileiro estava em conformidade, de acordo com Castello Branco, em manter uma “aproximação comercial, técnica e financeira, desde que estes não procurem invalidar nossa opção básica” (Brasil, 1964).

Ademais, como apresentado por José Sombra Saraiva (1993), o Brasil abandonou sua presença política crescente no continente africano, tendo em vista a política continental norte-americana e as relações com Portugal. É importante ressaltar, que o alinhamento aos Estados Unidos precedeu o Golpe, isto é, a “derrubada do governo Goulart e implantação do novo regime ocorreu com o apoio direto de Washington, apesar dos constantes desmentidos das autoridades norte-americanas na época” (Vizentini, 1998. p. 37). Neste sentido, Castello Branco negava o “alinhamento automático” aos Estados Unidos, feito, anteriormente, durante o governo de Eurico Gaspar Dutra (1945-1950). No entanto, realizou em sua política externa e interna, “quase todos os atos que os EUA” reclamaram (Vizentini, 1998. p. 37).

Já nas relações com Portugal, a chancelaria de Castello Branco era a favor da manutenção dos laços com a ex-metrópole, colocando-se em oposição à administração feita durante a PEI. Segundo Vizentini (1998), Juracy Magalhães, Ministro das Relações Exteriores do Brasil, a partir de dezembro de 1965, reuniu-se com diplomatas e ministros portugueses para discutir as métricas da nova relação. As negociações eram em torno de acordos culturais, comerciais e técnicos, a fim de estreitar os laços entre as nações. Além disso, Portugal esperava obter respaldo nas votações da ONU e em outros fóruns políticos e o apoio, mesmo que moral, contra Angola, Guiné e Moçambique, que recebiam amparo financeiro dos comunistas (Vizentini, 1998).

Em declaração à imprensa, Juracy Magalhães pontuou que queria “reafirmar a confiança do Brasil nos destinos eternos de Por-

tugal” (Vizentini, 1998. p. 61). Sob essa perspectiva, Eliézer Oliveira (1976) destaca que o Brasil assumiu uma postura de afastamento de grande parte das nações africanas, e tornou a diplomacia para a África portuguesa mais conservadora, além de votar favoravelmente ao colonialismo português na ONU e em outros fóruns políticos internacionais. Desse modo, para Castello Branco, o anticomunismo deveria “ser encarado como instrumento para a preservação da paz, face à inevitável ocorrência de guerras de liberação, enquanto persistir o sistema colonial” (Brasil, 1964). Entretanto,

Nossa política anticolonial se defronta com o problema dos laços afetivos e políticos que nos unem a Portugal. Talvez a solução residisse na formação gradual de uma comunidade Afro-Luso-Brasileira, em que a presença brasileira fortificasse economicamente o sistema. Qualquer política realista de descolonização não pode desconhecer, nem o problema específico de Portugal, nem os perigos de um desengajamento prematuro do Ocidente (Brasil, 1964).

Além disso, o presidente ressaltou que “Portugal saberia resolver seus problemas na África dentro das “tradições históricas” que haviam sido transpostas para o Brasil. Segundo ele, tais tradições haviam ajudado à formação da nacionalidade brasileira até formar uma sociedade de tipo multiracial” (Brasil, 1965. p. 35 *apud* Saraiva, 1993. p. 12). Nesse cenário, o pólo de atração brasileiro “foi transferido da África Negra em favor de um diálogo separado com a África do Sul e com os interesses portugueses na região”, mantendo distante das questões coloniais e garantindo apenas laços comerciais. Segundo Saraiva (1998), em 1965, o Brasil enviou a primeira missão comercial para África Ocidental visitando nações como Libéria, Gana, Senegal, Nigéria, Camarões e Costa do Marfim. Já a segunda missão, ocorreu em 1966, incluindo Moçambique, África do Sul, Angola e, novamente, Costa do Marfim e Gana.

Com o afastamento diplomático, a política externa culturalista para África, estabelecida durante a PEI, foi silenciada. De acordo com Antonio de Figueiredo (1996), na XXI Assembléia Geral das Nações Unidas, em 1966, onde foi assinado o Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos, que aborda questões como a autodeterminação, a liberdade e autonomia dos Estados, o ministro Juracy Magalhães não incluiu uma palavra sobre a questão colonial em seu discurso inaugural. Dessa forma, em grande parte dos discursos proferidos pelo ministro e pelo presidente, voltados para a política externa, houve o silenciamento das relações com o continente afri-

cano. Em seus discursos, Castello Branco não abriu espaço para defesa dos direitos de autodeterminação e independência, salientando apenas o “dever optar por uma íntima colaboração com o sistema ocidental, em cuja preservação assenta a própria sobrevivência das nossas concepções de vida e dignidade humana” (Brasil, 1966).

## **UMA ANÁLISE COMPARATIVA DE DISCURSOS SOB A LUZ DO PÓS COLONIALISMO**

Para uma melhor compreensão da análise que se pretende fazer nesta seção, utilizaremos dos parâmetros metodológicos de análise de discurso, política externa e identidade estabelecidos por Lene Hansen (2006). Para a autora, é a partir da linguagem que as “coisas” recebem significado, atribuindo a estas uma identidade particular. Dessa forma, ao articular seus discursos como ferramenta de aproximação com a África, Jânio Quadros e João Goulart construíram uma identidade comum entre o Brasil e os países africanos. Por mais que, historicamente, o Brasil e a África possuam um passado colonial semelhante, isto é, para teoria pós-colonial, uma identidade comum moldada pelas experiências de colonização e resistência, foi a partir dos discursos que a “Ponte sobre o Atlântico” - ideia construída pelo livro do IPEA, juntamente com o Banco Mundial - foi construída. Para Lene (2006), é fundamental compreender a linguagem como política, vendo-a como um lugar de reprodução de subjetividades e identidades. Assim, os discursos são um sistema de significados justapostos, onde um elemento é valorizado ou excluído em detrimento de outro (Hansen, 2006).

Neste contexto, utilizando das principais premissas da teoria pós-colonial de Boaventura (2001) e Quijano (2005), é necessário destacar os mecanismos utilizados pelas potências colonizadoras para manter uma certa influência sobre os Estados que sofreram com a colonização, mesmo após a sua independência. Desse modo, como mencionado anteriormente, a manifestação dessas relações de poder podem ser analisadas a partir da construção e manifestação de juízos de valores, discursos e práticas conscientes e inconscientes que, não obstante, se tornam intrínsecas à estrutura social dessas ex-colônias. Assim como acontece no Brasil, visto que esses mecanismos são produzidos por instituições e forças sociais que, na verdade, deveriam atender as necessidades de uma grande massa da sociedade e não apenas uma minoria.

Dessa forma, Silvio Almeida (2018) considera que a formação desigual da sociedade brasileira, em seus aspectos raciais, econômicos e sociais, é própria de uma formação herdada por séculos de construção de um imaginário coletivo contaminado pela colonização e pautado na segregação e naturalização dessas desigualdades. Nesse sentido, semelhantemente a outros autores, Abdias do Nascimento (1978) argumenta que a organização governamental brasileira e suas instituições, há muito tempo operam a fim de obstruir a noção de qualquer origem em comum entre o Brasil e os países do continente africano. E, com isso, impedem a disseminação de um pensamento cultural que abrace qualquer elemento compartilhado entre essas duas regiões.

Todavia, com a proposição da Política Externa Independente e da busca pelo multilateralismo, a partir da aproximação com as nações afro-asiáticas e seus movimentos de descolonização, examina-se o interesse brasileiro em ser o elo entre o Ocidente e o continente africano. Neste sentido, construindo tal pretensão e discurso de política externa, Quadros afirmou que “o nosso esforço em África, [...] não poderá senão constituir uma modesta retribuição, um pequeno pagamento da imensa dívida que o Brasil tem para com o povo africano” (Brasil, 1961). Para ele, a questão moral “justificaria por si só a importância que este Governo empresta à sua política de aproximação com a África” (Brasil, 1961). Um movimento, que sem dúvida, abraça a proposta anticolonial de reconhecimento de um passado colonizado em comum, e aproxima-se da possibilidade de desconstruir um imaginário colonial e racista que exclui as raízes da história cultural e social brasileira.

Além disso, destaca-se a promulgação da primeira lei nacional que criminaliza a discriminação racial que, apesar de ter sido promulgada por Vargas, leva o nome de Afonso Arinos. Sob essa perspectiva, analisa-se que Arinos foi um símbolo essencial na construção da narrativa da política externa Brasil-África, principalmente, por reconhecer na África Negra o direito dos Estados de saírem da condição colonial e da necessidade de buscarem seu próprio desenvolvimento. Dessa forma, ao declarar que “o colonialismo agoniza, envergonhado de si mesmo, incapaz de solver os dramas e as contradições que engendrou. Ao Brasil cabe estender as mãos a esse mundo jovem” (Brasil, 1961), Quadros demonstra que sua atividade política, juntamente com Arinos, foi baseada na instrumentalização da política externa contra o colonialismo e o racismo, criando o elo identitário comum entre as duas regiões.

De modo semelhante, examina-se que durante o mandato de Goulart, sua chancelaria, comandada por San Tiago Dantas, não apenas buscou a manutenção desses ideais, como também, chocou-se com os interesses dos grupos de poder do Brasil. Com a proposição de reformas sociais, agrárias e tributárias, a chancelaria buscou tratar de uma sociedade desigual, em diversas esferas, com um histórico de privilegiar uma minoria em detrimento de uma maioria, confrontando, então, os interesses das elites econômicas e militares do país.

Utilizando, assim, da democratização e da cidadania como ferramentas de promoção de igualdade legal, civil e política dentro da estrutura de poder do país. Goulart, afirmou em seus discursos que “a mancha do colonialismo deve ser definitivamente apagada da civilização, do mesmo modo que os anseios dos países não desenvolvidos se voltam para a emancipação econômica através do seu próprio esforço e da cooperação internacional” (Brasil, 1962). E que o governo brasileira iria “ empenhar-se sem vacilação pela libertação dos povos de toda e qualquer forma de opressão política ou econômica” (Brasil, 1962), reforçando a identidade compartilhada estabelecida por Jânio e Afonso Arinos.

No entanto, cabe ressaltar que, de acordo com Hansen (2006), a linguagem é um elemento construído, logo é instável. Sob essa perspectiva, os discursos políticos responsáveis pela construção da identidade são instrumentos de ação variáveis, construídos de acordo com os interesses políticos de um Estado, em um determinado momento, legitimando sua própria proposta política. Para a autora, “é apenas através da representação discursiva da política externa, ou nos termos de “performances” de Judith Butler, que a identidade passa a existir, mas esta identidade é, ao mesmo tempo, construída como a legitimação da política proposta” (Hansen, 2006, p. 19. *apud* Butler, 1990:25; Campbell, 1992:8–9; Weber, 1998, tradução nossa)<sup>5</sup>.

Dessa forma, com Golpe de 1964 e o início do governo de Castello Branco, houve renúncia ao apoio à emancipação das nações afro-asiáticas, principalmente, da África Negra, além do estabelecimento de um ideal liberal e do realinhamento com Portugal e Esta-

---

5. It is only through the discursive enactment of foreign policy, or in Judith Butler’s terms ‘performances,’ that identity comes into being, but this identity is at the same time constructed as the legitimization for the policy proposed

dos Unidos. Assim, nas poucas vezes que comentou sobre a África, o que já é, segundo Lene (2006), uma escolha na articulação de discurso político de acordo com os interesses. E, neste contexto, uma articulação de “não discurso” esboçando o “não interesse” de sua política exterior na África, Castello Branco mencionou que a “nossa política anticolonial se defronta com o problema dos laços afetivos e políticos que nos unem a Portugal” (Brasil, 1964).

Nesta perspectiva, sob a lente de Quijano (2006), o realinhamento do Brasil com as potências ocidentais pode ser visto como a reafirmação de uma colonialidade do poder e do saber. Isto é, o governo de Castello Branco submeteu-se à definição de conhecimento eurocêntrico hegemônico, aderindo à constituição de um poder mundial hierárquico. Com isso, passou a negar a importância do reconhecimento de saberes alternativos e da presença de traços culturais dos povos colonizados, dificultando, sobretudo, a criação de uma identidade do país colonizado.

Neste sentido, Homi K. Bhabha (1987), aborda o binarismo entre o “Eu” e o “Outro” como responsável pela construção das identidades, a partir das relações de poder que são estabelecidas e pela diferença. Tal conceito está intrinsecamente ligado à ambivalência desenvolvida pelo autor, pois estabelece a coexistência de dois poderes opostos interagindo em uma mesma cultura. Em outras palavras, Bhabha (1990) propõe a ambivalência como a coexistência da cultura do colonizador e do colonizado, opostas entre si, mas formadoras das sociedades colonizadas. Contudo, o autor afirma que a “Outro”, isto é, os colonizados têm a tendência de seguirem a cultura do colonizador, reforçando a colonização do saber e do poder apresentadas anteriormente.

Além disso, o hibridismo emerge a partir dessa fusão de diferentes identidades em um local intermediário nomeado como o terceiro espaço. Neste sentido, por mais que o terceiro espaço não exista fisicamente, as sociedades colonizadas e, neste caso, o Brasil, seriam um exemplo imaginário de terceiro espaço, onde as identidades culturais da metrópole e da colônia interagem entre si. No entanto, a mudança na conduta internacional demonstra a ideia de “dois brasis”. Isto é, Jânio Quadros e João Goulart, na busca de definir um “Eu” distinto, independente das potências ocidentais, seguiram a linha de um Brasil que se intersecciona com a África, exaltando a cultura do colonizado a partir de sua identidade. Diferentemente de Castello Branco, que seguiu um caminho oposto, mantendo o padrão cultural colonial de “Eu” e “Outro”.

Em suma, como pontuado por Lene Hansen (2006), o foco analítico está “na construção discursiva da identidade como constitutiva e produto da política externa” (Hansen, 2006, p. 20, tradução nossa)<sup>6</sup>. Dessa forma, a política externa brasileira foi produção e produto dos discursos de identidade. Isto é, imersos em um contexto internacional influenciado, diretamente, pela Conferência de Bandung e pela necessidade de expansão de mercado consumidor, Jânio Quadros e João Goulart criaram um discurso de aproximação com África, respaldado, principalmente, pelo “passado comum”, e utilizaram dessa identidade como mecanismo de legitimação da sua própria política. Neste sentido, Castello Branco fez o mesmo, contudo em uma perspectiva oposta a Jânio e Jango. Este, criou o discurso de aproximação com os estadunidenses e os portugueses, baseando-se no contexto bipolar e na construção do perigo do comunismo, afastando-se das questões norte-sul e, por consequência, do continente africano. Dessa forma, mobilizando uma nova identidade para o Brasil, inspirada no colonizador e não mais no entendimento do passado comum com as demais colônias, assim, legitimando sua política.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo se propôs a analisar comparativamente os discursos e a condução da política externa brasileira para África, no período de 1961 a 1967, entre os governos de Jânio Quadros, João Goulart e Castello Branco, a fim de compreender a inversão da política externa brasileira para a África entre os respectivos governos. Para isso, partimos das medidas adotadas pela Política Externa Independente (PEI), instituída por Jânio Quadros, juntamente com seu chanceler, Afonso Arinos, e mantidas, posteriormente, por João Goulart e San Tiago Dantas, regida pelo plano de aproximação Brasil-África. Em seguida, foram apresentadas as métricas da Política Externa Interdependente, estabelecida por Castello Branco, após o Golpe de 1964, guiada, principalmente, pela aproximação brasileira com os Estados Unidos e Portugal.

Posteriormente, a partir das lentes pós-coloniais, que tratam acerca das relações de dominação e desigualdade, como Boaventura

---

6. Is on the discursive construction of identity as both constitutive of and a product of foreign policy.

(2018) e Quijano (2005), foi possível compreender as dinâmicas de afastamento e aproximação entre o Brasil e o continente africano. Em adição a isso, os estudiosos de questões raciais e sociais, como Silvio Almeida (2018) e Abdias Nascimento (1978), em paralelo aos estudos de Bhabha (1987), contribuem para a compreensão de como as sequelas da formação histórica da sociedade e do pensamento brasileiro estimulam a construção binária e as complexas dinâmicas da identidade brasileira.

Neste contexto, os governos de Quadros e Goulart, influenciados pela Conferência de Bandung, em 1955, e pela necessidade e de ampliação de mercado, aproximam-se das nações afro-asiáticas, a partir da instrumentalização da política externa como ferramenta contra o colonialismo e o racismo. Em outras palavras, ambos os presidentes utilizaram de seus discursos para se aproximarem da África, construindo uma narrativa de identidade comum, dado às raízes históricas semelhantes entre ambas as regiões.

Conforme delineado por Hansen (2006), a instabilidade é intrínseca à linguagem. Os discursos políticos desempenham um importante papel na construção e legitimação da identidade e da própria política, no entanto, não são estáticos, podendo ser alterados de acordo com a estratégia política de um Estado. Nesse sentido, o Golpe de 1964 e o subsequente governo de Castello Branco representaram a maleabilidade desses discursos. Isto é, em Castello Branco houve a inversão dos discursos de política externa, evidenciados pela adoção de uma postura de alinhamento com os Estados Unidos e Portugal, abandonando a luta contra o colonialismo, e por consequência, a aproximação com a África.

Esse redirecionamento reflete, não apenas em uma mudança na política externa, mas também na construção da identidade nacional, salientando, ainda mais, a concepção de “dois Brasis”. De acordo com o conceito de ambivalência de Bhabha (1990), para Jânio e Jango teríamos um Brasil pró-independência, consciente da construção colonial e favorável à autodeterminação dos povos, exaltando, assim, uma identidade compartilhada com a África. Já para Castello Branco, teríamos um Brasil pró-Occidente, apagando o seu passado colonial e mantendo a identidade e hierarquia do colonizador. Dessa forma, o presente artigo ressalta, a partir dos conceitos pós-coloniais firmados, a intersecção entre discurso, política externa e identidade.

Cabe ressaltar, por fim, que mesmo com uma base bibliográfica e documental substancial, a ausência de discursos de Castello



Branco referente ao tema limitou o aprofundamento de partes da análise comparativa, a qual nos propusemos a realizar. Nesse cenário, optamos por utilizar das ideias expostas por Lene Hansen (2006), que pontua que a articulação discursiva é regida pelos interesses políticos, de modo que, o “não discurso” de Castello Branco se torna um discurso de “não interesse” nos países africanos. Ademais, a pesquisa apresenta uma limitação espacial, não sendo possível um maior aprofundamento do tema. Assim, a expansão da pesquisa seria um possível caminho a ser traçado no futuro.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio. **O que é racismo estrutural?**. Belo Horizonte. Letramento, 2018. AMADO, Rodrigo. A política externa de João Goulart. In: ALBUQUERQUE, José (Org.).

**Crescimento, Modernização e Política Externa**. São Paulo: Cultura Editores Associados, 1996.

BHABHA, Homí K. **O local da cultura**. Trad: Myriam Ávila, Eliana Lourenço de Lima Reis, Gláucia Renate Gonçalves. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.

BHABHA, Homi K. **O local da Cultura**. Trad. Myriam Ávila, Eliana Lourenço de Lima Reis, Gláucia Renate Gonçalves. 2 ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.

BHABHA, Homi K. “Signs Taken for Wonders: Questions of Ambivalence and Authority under a Tree Outside Delhi”, May 1817. **Critical Inquiry**, v. 12, n° 1, pp. 144-165. 1985.

BRASIL. Presidente Humberto de Alencar Castello Branco (1964-1967). **Discurso no Palácio do Itamaraty**. Rio de Janeiro. Biblioteca Presidência da República. 31 de julho de 1964. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/castello-branco/discursos>

[/1964-1/25.pdf/view](#). Acesso em: 17 de novembro de 2023.

BRASIL. Presidente Humberto de Alencar Castello Branco (1964-1967). **Discurso no Palácio das Laranjeiras**. Rio de Janeiro. Biblioteca Presidência da República. 17 de janeiro de 1966. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/castello-branco/discursos>

[/1966/53.pdf/view](#). Acesso em: 17 de novembro de 2023.

BRASIL. Presidente Jânio Quadros (31 de janeiro de 1961-25 de agosto de 1961). **Discurso do Presidente Jânio Quadros veiculado pela “Voz Brasil”**. Rio de Janeiro. 31 de Janeiro de 1961. Disponível em: [https://funag.gov.br/loja/download/677-Discursos\\_janio\\_quadros.pdf](https://funag.gov.br/loja/download/677-Discursos_janio_quadros.pdf). Acesso em 15 de novembro de 2023.

BRASIL. Presidente Jânio Quadros (31 de janeiro de 1961-25 de agosto de 1961). **Mensagem ao Congresso Nacional remetida pelo Presidente da República**

**na abertura da Sessão Legislativa de 1961.** Rio de Janeiro. 1 de Fevereiro de 1961. Disponível em: [https://funag.gov.br/loja/download/677-Discursos\\_ja-nio\\_quadros.pdf](https://funag.gov.br/loja/download/677-Discursos_ja-nio_quadros.pdf). Acesso em 15 de novembro de 2023.

BRASIL. Presidente João Goulart (1961-1964) **Discurso na sessão de instalação da LI Conferência Interparlamentar.** Brasília. 24 de Outubro de 1962. Disponível em: [https://funag.gov.br/loja/download/641-Discursos\\_joao\\_goulart.pdf](https://funag.gov.br/loja/download/641-Discursos_joao_goulart.pdf). Acesso em 15 de novembro de 2023.

BRASIL. Presidente João Goulart (1961-1964) **Discurso no almoço oferecido no palácio do alvorada a U Thant, Secretário-Geral da Organização das Nações Unidas.** Brasília. 8 de Agosto de 1962. Disponível em: [https://funag.gov.br/loja/download/641-Discursos\\_joao\\_goulart.pdf](https://funag.gov.br/loja/download/641-Discursos_joao_goulart.pdf). Acesso em 15 de novembro de 2023.

BUTLER, Judith. **Gender Trouble: Feminism and the Subversion of Identity**, London: Routledge.1990.

CAMPBELL, David. **Writing Security: United States Foreign Policy and the Politics of Identity**, Manchester: Manchester University Press. 1992.

CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. **História da política exterior do Brasil.** 5. ed. rev. e ampl. Brasília: Ed. UnB, 2015.

COSTA, Karla; TOLEDO, Áureo. Hibridismo, Resistência, Povo: um diálogo entre Ernesto Laclau e Homi Bhabha. **Revista Sul-Americana de Ciência Política**, v. 6, n. 2, p. 201-218. 2020

ELÍBIO JÚNIOR, A.M., DE ALMEIDA, C. Epistemologias do Sul: Pós-colonialismos e os estudos das Relações Internacionais. In: **Cadernos do Tempo Presente**, n. 14, out./dez. 2013.

FIGUEIREDO, Antônio de. **A questão racial em Angola e Moçambique.** In Política externa independente. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966

HANSEN, Lene. **Security as practice: discourse analysis and the Bosnian war.** London and New York: Routledge, 2006.

LESSA, Antônio Carlos; OLIVEIRA, Henrique A. (Coord.). **História das Relações Internacionais do Brasil.** Saraiva, 2014.

SOUZA, Lynn Mário Trindade Menezes de. **Hibridismo e tradução cultural em Bhabha.** Margens da cultura: mestiçagem, hibridismo & outras misturas. Tradução . São Paulo: Global, 2004.

NASCIMENTO, Abdias. **O Genocídio do Negro Brasileiro: Processo de um Racismo Mascarado.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

OLIVIERA, Eliézer Rizzo de. **As forças armadas: política e ideologia no Brasil (1964-1969).** Petrópolis: Vozes, 1976.

OLIVEIRA, Nilceia Bueno. A perspectiva teórica de Homi K. Bhabha: Um caminho possível para a formação continuada de professores de Língua Estrangeira. **Revista X**, v.1, p. 112-123, 2012

PIRES, Marcos Cordeiro. **Economia brasileira: da colônia ao governo Lula**. São Paulo: Saraiva, 2010.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do Poder, Eurocentrismo e América Latina. In: **Colonialidade do Saber: eurocentrismo e ciências sociais**. Perspectivas latinoamericanas. Edgardo Lander (org). ColecciónSurSur, CLACSO, Ciudad autónoma de Buenos Aires, Argentina. 2005.

ROCHA, João Pedro. “QUEM SOU EU, NA VERDADE?”: sobre identidades “pós-coloniais” em Frantz Fanon. **Anais do XI Encontro Estadual de História da ANPUHQ** v.11, n.3, p. 218-224. Universidade Estadual de Goiás. Goiás. 2015.

SÁ, Luiz Fernando Ferreira. Homi Bhabha leitor de Paradise Lost: uma conversação pós-colonial. **Fragmentos**, Florianópolis, n.35, p. 21-35, Jul-dez. 2008

SANTOS, B. de S. Entre o próspero e o Caliban: Colonialismo, Pós-Colonialismo e Interidentidade. In: Ramalho, I, Ribeiro, A.S. (orgs.) **Entre ser e estar: Raízes, Percursos e Discursos da Identidade**. Porto, Afrontamento, 2001,

SARAIVA, José Flavio Sombra. A África e o Brasil: encontros e encruzilhadas; In: **Ciências & Letras (Revista FAPA)**. Edição especial nº 21/22. Porto Alegre, 1998

SARAIVA, José Flávio Sombra. Construção e desconstrução do discurso culturalista na política africana do Brasil. **Revista de informação legislativa**, Brasília, v. 30, n. 118 (abr./jun. 1993). Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/176132>. Acesso em: 02 de outubro de 2023.

SARAIVA, José Flávio Sombra. **História das relações internacionais contemporâneas: da sociedade internacional do século XIX à era da globalização**. 2. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva: 2007.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. **A política externa do regime militar brasileiro: multilateralização, desenvolvimento e construção de uma potência média (1964-1985)**. 2. ed. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2004.

WEBER, Cynthia. Performative States, **Millennium**, 27 (1):77-95. 1998. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/400500863/Weber-Performative-States>. Acesso em: 02 de outubro de 2023.